Configurações, vol. 12, 2013, pp. 105-116

Em português nos entendemos? Lusofonia, literatura-mundo e as derivas da escrita*

Ana Margarida Fonseca**

Resumo: A partir da questionação do conceito de lusofonia e das suas ambiguidades, propomos uma reflexão sobre o papel da língua portuguesa e das literaturas que nela se exprimem no contexto de um pós-colonialismo situado. Para tal, serão analisados sucintamente os discursos que defendem a excecionalidade do colonialismo português, muitas vezes afins das conceções luso-tropicalistas, contrapondo-se a importância de atender às especificidades dos processos históricos e culturais em causa. Em relação às literaturas de língua/expressão portuguesa, apresenta-se a proposta da literatura-mundo como um caminho de análise que se pode revelar produtivo, tendo em vista o evitar de leituras homogeneizadoras e o respeito pelos particulares contextos de produção e receção.

Palavras-chave: lusofonia, literatura-mundo, literaturas de língua portuguesa, Mia Couto.

> As palavras e os conceitos são vivos, escapam escorregadios como peixes entre as mãos do pensamento. E como peixes movem-se ao longo do rio da História. Há quem pense que pode pescar e congelar conceitos. Essa pessoa será quanto muito um colecionador de ideias mortas. (Couto, 2005: 85)

* PEst..QE/EGE/Ul4056/2014 – projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).
** Centro de Estudos Comparatistas (FLUL)/ Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior (IPG) (anafonseca@ipg.pt).

Não constitui pequeno desafio pensar a língua portuguesa e a cultura que por meio dela se expressa nos múltiplos espaços geográficos e simbólicos por onde estas se desenvolvem. Fazê-lo implica tocar em conceitos complexos e instáveis, como os de língua, lusofonia, literatura ou identidade, a partir de um ponto de vista que, apesar de localizado histórica e culturalmente, exige a procura do descentramento do olhar e da permeabilidade das margens.

Situando o nosso discurso no plano da língua e da cultura, mas também das literaturas que se expressam em português, procuramos aproximar-nos de realidades que, apesar de "escorregadias" (ou por isso mesmo), se revelam instigadoras de caminhos de criatividade e reinvenção. O objetivo, como se poderá prever, não passa pela procura de respostas, mas pelo estimular de questões; um caminho que nos leva pela instabilidade das fronteiras, esse espaço precário onde se traçam limites e diferenças, mas que permite igualmente a passagem para o lado do outro. Procura-se, assim, uma abertura à diferença e à pluralidade, relacionando língua, literatura e cultura, num espaço que historicamente é de partilha e convivência, mas também de subordinação e luta.

1. A lusofonia (im)possível

O conceito de lusofonia carrega uma história complexa e plena de ambiguidades. Ainda que muitas vezes entendido como "um bom conceito para abandonar" (Batista, 2000), não pode ser ignorada a sua fortuna crítica nos mais variados contextos, do político ao sociológico ou literário, para além da relativa familiaridade do cidadão comum com a ideia de lusofonia. A comodidade de uma designação que recobre uma simultaneidade de espaços e realidades, sob o signo unificador da partilha da língua, faz esquecer, à primeira vista, o quão problemático se torna (ou pode tornar) este gesto homogeneizante. Assim, para além da menorização da importância de outras línguas, erige-se a língua portuguesa como fator suficiente na afirmação de uma unidade cuja substância, em última análise, poderá não ter mais fundamentos do que o da própria língua. É neste sentido que Jessica Falconi se expressa, considerando que "a língua portuguesa parece actuar como fronteira criadora de um espaço cuja única condição de existência residiria, em última instância, apenas na própria língua, isto é, no uso e partilha da língua" (Falconi, 2012: 210).

É certo, porém, que a língua se encontra neste caso, como nos correlatos conceitos de anglofonia e, sobretudo, de francofonia, em estreita relação com as marcas de uma historicidade partilhada. A existência de um passado colonial comum, cuja herança mais visível reside precisamente na língua, *contamina* de alguma forma a ideia de lusofonia, pois implica uma atenção a questões de dominação, controlo e violência. A língua do antigo centro imperial ativa a memória de relações de poder assimétricas, assim como de mecanismos de

repressão identitária, concretizados em grande parte pela imposição de um sistema linguístico alheio aos povos subjugados. Contudo, importa não esquecer que a adoção da língua portuguesa no momento das independências das ex-colónias africanas constituiu igualmente um gesto emancipatório, como bem expressa Amílcar Cabral:

> O português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram, porque a língua não é a prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. (Cabral, 1974: 101)

Nas palavras de Cabral, regista-se a consciência de que a língua de Próspero se pode converter num instrumento de resistência e insubordinação, ao ser apropriada e transformada pelos povos colonizados. A opção pelo português no momento das independências aparece na continuidade do uso desta língua no seio dos movimentos anticoloniais, reconhecendo-se assim que a unidade política e cultural dificilmente seria conseguida de outro modo. A consolidação das fronteiras e a projeção das jovens nações no futuro tinham na língua portuguesa um dos seus mais fortes esteios. Como afirma Mia Couto, relativamente a Moçambique:

> O idioma português não é a língua dos moçambicanos. Mas, em contrapartida, ela é a língua da moçambicanidade. Há 30 anos, a Frente de Libertação de Moçambique, ainda na guerrilha anticolonial, viu no idioma lusitano uma arma para a unificação do país e a construção da Nação. Aquele instrumento que servira a dominação colonial se convertia, nas mãos dos nacionalistas, no seu contrário – um troféu de guerra, um pilar de afirmação. (Couto, 2001)

Perspetiva diferente é transmitida por Alfredo Margarido, ao sublinhar que a imposição do português durante o período colonial passou por comportamentos de racismo e opressão que não podem ser elididos, uma vez que as hierarquias linguísticas reproduziam hierarquias raciais e sociais. Por esta razão, Margarido (2000: 6) considera que a invenção da lusofonia se fez através de uma espécie de amnésia coletiva em relação à violência que foi exercida sobre aqueles que, hoje, falam português.

As posições apresentadas exemplificam diferentes modos de olhar para o mesmo processo histórico, um processo ambivalente e complexo no qual a língua desempenhou um papel central, ainda hoje muito presente no mapa de poder e nas relações que entre centros e periferias se estabelecem. Como bem acentua Paula Medeiros, a ideia de lusofonia assenta num duplo movimento de esquecimento e memória face ao passado colonial, sendo notória a ideologização e a mistificação associadas à partilha da língua e da identidade cultural (Medeiros, 2006: 17).

É também de complexidade e ambivalência que falam Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira, reconhecendo estas estudiosas a presença no contexto português de

> uma lusofonia difusa que ainda ninguém sabe concretamente o que poderá ser, para além de uma ideia linguisticamente sustentada, heroicamente sedimentada numa herança comum de memórias diversas, politicamente interessante e europeia e socialmente reconfortante e até tonificante. (Ribeiro e Ferreira, 2003: 16)

Na verdade, importa não negligenciar dois aspetos que se nos afiguram essenciais. Por um lado, a complexidade das situações linguísticas nos diversos territórios que têm o português como língua oficial e mesmo entre aqueles que, à primeira vista, mais semelhantes seriam pelas comuns circunstâncias históricas e geográficas (os quais, de resto, se veem homogeneizados sob a designação de PALOP). Compreender a lusofonia implica necessariamente atender às diferenças que se escondem por trás de um mesmo gesto de "nacionalização da língua", observando as específicas relações de poder e as tensões geradas pelo contacto entre o português e outras línguas nos territórios em causa. Uma língua, recorde-se, nunca é um espaço neutro, pois, como refere Jessica Falconi, é "no terreno da língua, nas fronteiras e nos espaços que a língua cria e simultaneamente *é*, que também se projetam as relações de poder, reproduzindo-se, ou desconstruindo-se assimetrias e contradições de vária ordem" (Falconi, 2012: 278).

Por outro lado, a ideia de lusofonia não pode ser desligada de uma certa conceção de "lusitanidade" ou "portugalidade", na medida em que, como sugeriam Ribeiro e Ferreira, evoca uma memória heroica de especial relevância para o imaginário identitário português. Assim, falar de lusofonia pode ser também, de algum modo, uma tentativa de reativar um ideal expansionista, de que a língua foi sempre sinal, enquanto veículo de uma cultura que ilusoriamente se pretendeu espalhar pelos quatro cantos do mundo. Para esta possibilidade converge a observação de que a promoção da lusofonia, enquanto denominador comum de distintos povos nos cinco continentes, se faz muitas vezes por via de discursos institucionais com origem em Portugal, onde um certo senso comum de "donos da língua" (e da cultura) se tem mantido praticamente inalterável nas últimas décadas.

Introduzimos aqui a reflexão de Eduardo Lourenço, um dos mais incansáveis pensadores da identidade portuguesa, para destacar, antes de mais, a aguda consciência que o ensaísta revela da pesada carga ideológica de tal conceito: "Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza – que é sobretudo história e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude *lusíada*" (Lourenço, 1999: 162-163).

Sendo para Lourenço um conceito simultaneamente cultural e linguístico, a lusofonia preenche um espaço imaginário de nostalgia imperial: "é o sonhar

como unido o espaço dessa língua ou a ideia de o reforçar para resistir melhor à pressão de outros espaços linguísticos [...] que os Portugueses (sem o quererem dizer em voz alta) projectam no conceito ou na ideia mágica de *lusofonia*" (Lourenço, 1999: 164). Assim, o ensaísta reflete sobre a complexidade de uma relação que se projeta como assimiladora, pois o imaginário mítico português concebe uma partilha cultural que não corresponde, na realidade, à forma como africanos e sobretudo brasileiros se veem a si mesmos. Esse reconhecimento de uma matriz cultural comum, no entanto, é indispensável para que a comunidade lusófona não seja apenas "um nome", pelo que Eduardo Lourenço lança as premissas para um entendimento do conceito assente nas noções de pluralidade e diferença:

> O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da *pluralidade* e o da *diferença*, e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense. Puro voto piedoso? (Lourenço, 1999: 112)

O ensaísta tem consciência das ambiguidades inerentes ao conceito e da tentação imperialista e eurocêntrica que o mesmo encerra, e por isso chama a atenção para o facto de que "o espaço da lusofonia, não tanto no seu óbvio sentido *linguístico*, mas como espaço cultural, é um espaço se não explodido, pelo menos *multipolar,* intrinsecamente *descentrado*" (Lourenço, 1999: 188). Com efeito, é ainda de centros e periferias que se trata, assim como de uma convicção – tão ilusória agora como o era no tempo colonial – de que Portugal se constitui como o centro de um vasto território imaginado de dependentes periferias.

Maria Manuel Batista, ao analisar o pensamento de Eduardo Lourenço a este respeito, procede a uma crítica do conceito de lusofonia que toca nos aspetos essenciais que temos vindo a apresentar. Afirma a estudiosa que "estamos ainda na pré-história da constituição de uma comunidade lusófona pois que cada cultura que a compõe tem ainda de recuperar a sua memória e história próprias, reencontrar o sujeito que lhe é próprio" (Batista, 2000). Parece-nos que os diferentes espaços recobertos pela ideia de lusofonia se encontram em estádios também eles diferenciados nesta busca de uma identidade própria – o mesmo é dizer, na constituição do seu próprio centro, liberto de continuidades subalternas. Será esta porventura a via para sair de um "discurso acrítico, de autocelebração e autocentração para aceitar a pluralidade e o confronto saudável de imagens e contra-imagens emergentes no e do espaço lusófono" (Batista, 2000) – um caminho exigente e complexo, mas que nos parece mais propiciador de pontes do que a liminar demissão do conceito de lusofonia.

2. Um excecionalismo português?

Uma questão que nos parece entroncar nesta discussão sobre o que é ou o que pode ser a lusofonia tem que ver com a tendência para considerar o colonialismo português de natureza diferente dos outros colonialismos – e por diferente subentende-se melhor. Na realidade, o discurso oficial do Estado Novo insistiu na ideia de uma suposta superioridade do colonialismo português, sustentado, em grande parte, no princípio da miscigenação, apropriando-se do discurso luso-tropicalista formalizado por Gilberto Freyre.

Não cabe, neste contexto, fazer uma crítica do luso-tropicalismo, desejando antes sublinhar a importância de, por um lado, atender à especificidade dos processos coloniais no espaço do império português e, por outro, recusar a ideia de um colonialismo "à parte" dos restantes. Neste âmbito, os estudos fundadores de Boaventura de Sousa Santos tiveram o mérito de chamar a atenção para o "carácter intermédio da colonização portuguesa", resultante do facto de Portugal constituir uma sociedade semiperiférica, tendo esta condição marcado a experiência imperial ao longo de cinco séculos. Assim, defende Sousa Santos, se por um lado Portugal era o centro em relação às suas colónias, por outro lado era a periferia da Europa e das potências coloniais hegemónicas, nomeadamente a Inglaterra, o que teve como consequência o "acentrismo característico da cultura portuguesa que se traduz numa dificuldade de diferenciação face ao exterior e numa dificuldade de identificação no interior de si mesma" (Santos, 1997: 133).

Esta leitura, com a qual no essencial concordamos, necessariamente terá implicações no entendimento da lusofonia enquanto comunidade de instáveis centros e múltiplas periferias. A consideração de um "colonialismo subalterno"(Santos, 2001: 24) desconstrói o mito de um poder imperial hegemónico e totalizador, cuja influência se fizesse ainda sentir, já não em termos políticos, mas antes culturais e linguísticos. Julgamos ser também neste sentido que o conceito de lusofonia poderá ser resgatado, abrindo-se, como referia Eduardo Lourenço, à pluralidade e à diferença.

Por outro lado, e como anteriormente referimos, o reconhecimento da especificidade do colonialismo e do pós-colonialismo português não deverá implicar um esquecimento das assimetrias nas relações de poder e dos mecanismos de repressão identitária levados a cabo pela ação colonial. A ideia de um colonialismo de tipo diferente, assente na miscigenação dos povos, das culturas e mesmo da língua, representa uma tentação sempre presente em certos discursos eufóricos da lusofonia, veladamente (ou não) reativadores dos pressupostos luso-tropicais. Em contrapartida, como tem sido notado, a hegemonia dos estudos anglo-saxónicos conduziu, desde o início, a uma menor visibilidade de *outros* processos e estruturas coloniais, com características naturalmente diferentes. Produzidas e divulgadas maioritariamente nas academias britânicas e norte-americanas por intelectuais deslocados do chamado Terceiro Mundo, estas teorias estão muito associadas a contextos que diferem notavelmente do

português, exigindo uma apropriação criativa situada num ponto de equilíbrio entre o que é comum e o que é específico.

Concordamos, assim, com Miguel Vale de Almeida, quando aponta os desafios que se colocam a este respeito:

> Uma análise antropológica do pós-colonialismo português terá de aceitar a especificidade da sua experiência colonial, mas deverá recusar noções de excepcionalismo culturalista, libertando-se do luso-tropicalismo como interpretação de senso comum enraizada no imperialismo do século XIX. Terá de analisar os processos de formação de identidade nacional nas ex-colónias e ver como as clivagens internas se enraízam na experiência colonial. Terá de analisar como movimentos transnacionais de identidade se actualizam em contextos ex-coloniais. Terá ainda de analisar o que sucede em Portugal em interdependência com outros lugares: imigração, racismo, política comemorativa, invenção da diáspora portuguesa, lusofonia, etc. (Almeida, 2002: 33)

Este esforço de refletir os particularismos sem esquecer as continuidades relativamente a processos históricos globais tem vindo a ser desenvolvido de forma significativa, nos últimos anos, por estudiosos provenientes de distintas áreas científicas. No campo dos estudos literários, é sobretudo no contexto da Literatura Comparada que se observa uma maior atenção aos desafios da pós-colonialidade, e especificamente às relações estabelecidas dentro do espaço da língua portuguesa.

Na verdade, a tendência para o uso da língua como denominador comum de literaturas e culturas está bastante presente no próprio campo dos estudos pós-coloniais, onde a união língua/literatura/cultura constitui, com frequência, uma matriz orientadora. O agrupamento das literaturas em "francófonas", "anglófonas" ou "lusófonas" evoca uma cartografia assente nos antigos impérios coloniais, com o perigo de rasura das particularidades. Deste modo, considera Jessica Falconi, "de certo modo, o uso da língua continua a implicar a contradição entre o poder homogeneizador e domesticador do discurso da lusofonia e as instâncias de resistência e de afirmação da diferença de que estas escritas são portadoras" (Falconi, 2012: 283).

Neste contexto, a proposta de uma literatura-mundo em português, cujos pressupostos (do conceito em geral e da sua possível adequação ao espaço da lusofonia) apresentamos de seguida, parece-nos representar um contributo importante para uma abertura teórica e crítica relativamente às questões que temos vindo a refletir.

3. Para uma literatura-mundo em português

Em 2007, um grupo de escritores e intelectuais, entre os quais se contava Amin Maalouf e Éduard Glissant, publicou, em *Le Monde des livres*, um manifesto que proclamava o "Fim da francofonia. E o nascimento de uma literatura-

-mundo em francês". Inspirados pelos intelectuais de língua inglesa, "homens traduzidos" (na expressão de Salman Rushdie) que tinham migrado para países como Inglaterra ou Estados Unidos, ou que neles haviam já nascido, estes escritores observavam "uma estranha disparidade que os remetia para as margens, eles os 'francófonos', variante exótica, apenas tolerada, enquanto os filhos do ex-império britânico tomavam posse, com toda a legitimidade, das letras inglesas" (AAVV, 2012: 245). A língua ganhava, assim, autonomia, libertando-se de um pendor nacionalista que a amarrava à ideia de um "dono da língua" – o antigo centro imperial, neste caso, a França.

> Literatura-mundo porque, como é evidente, são múltiplas e diversas as literaturas de língua francesa pelo mundo, formando um vasto conjunto cujas ramificações abraçam vários continentes. Mas literatura-mundo também porque, em todo o lado, elas dizem o mundo que diante de nós emerge e, assim sendo, reencontram, após várias décadas de 'interdito da ficção', o que desde sempre pertence aos artistas, romancistas, criadores: a tarefa de dar voz e rosto ao desconhecido do mundo – e ao desconhecido em nós. [...] Uma vez que o centro foi remetido para outros centros, assistimos à formação de uma constelação, onde a língua, liberta do seu pacto exclusivo com a nação, fora do alcance de qualquer poder para além daqueles que exercem a poesia e o imaginário, apenas terá como fronteiras as do espírito. (AAVV, 2012: 247)

Se é certo que os conceitos de francofonia e lusofonia não são inteiramente equivalentes, em função de contextos históricos e culturais também eles bastante diferenciados, não poderemos deixar de reconhecer a importância deste gesto de autonomização relativamente a uma língua nacional, por vezes considerada como um modelo de referência, perante realizações "exóticas" ou desviantes. A constituição de novos centros, fora das antigas topografias coloniais, constitui a afirmação da legitimidade de outras formas de dizer e contar, sem quebrar a identidade linguística, mas abrindo-a a novas formas.

O conceito de literatura-mundo[1] acentua, na verdade, o carácter transversal do fenómeno literário, desde a sua primeira formulação, no século XIX (*Weltliteratur*), quando Goethe, dirigindo-se a Eckermann, em 1827, anunciava o início de uma nova era, marcada pela diluição das fronteiras nacionais nos estudos literários. Em *What Is World Literature?* (2003), David Damrosch defende que as questões suscitadas pela literatura-mundo têm sobretudo que ver com a circulação e a receção dos textos literários, que deixam de estar confinadas a um espaço ou uma língua. Para este académico norte-americano, a literatura-mundo engloba todos os textos que circulam para lá da sua cultura de origem, seja em tradução, seja na sua língua original; quer dizer, sempre que uma obra literária está ativamente presente num sistema literário alheio

[1] Adotamos a expressão na forma hifenizada, seguindo a proposta de Helena Carvalhão Buescu, que traça o percurso histórico do conceito e discute a sua utilização no contexto da *literatura em português*, com notável sustentação crítica e teórica (Buescu, 2012).

ao da sua cultura original. A questão do cânone é particularmente visada neste contexto, negando-se a existência de um cânone único e, consequentemente, de uma única forma de ler todos os textos ou mesmo um único texto em diferentes momentos. Assim, considera Damrosch, para compreender as obras da literatura-mundo é necessária mais uma fenomenologia do que uma ontologia da obra de arte, tendo sempre em atenção que uma obra literária se manifesta de forma diferente dentro e fora do seu contexto de origem.

Especialmente interessante é a sua observação da vulnerabilidade desta literatura a manipulações ideológicas: "obras de autores não-ocidentais ou então de escritores provincianos ou subalternos estão particularmente propensas a serem assimiladas aos interesses e agendas imediatos daqueles que editam, traduzem e interpretam essas obras"[2] (Damrosch, 2003: 24-25). Por sua vez, e na mesma linha, Franco Moretti chama a atenção para as desigualdades no campo literário mundial, lembrando que o destino de uma cultura (geralmente uma cultura da periferia) é alterado pelas culturas "do centro" (Moretti, 2010: 56). Ambas as observações, embora não se refiram especificamente ao contexto pós-colonial, parecem-nos particularmente relevantes quando refletimos sobre a relação entre as línguas dos impérios – o português, no presente caso, mas também o francês ou o inglês – e as literaturas não ocidentais que nessas línguas se exprimem. Mesmo as estratégias de transgressão que estas literaturas concretizam – abundantemente analisadas no que se refere às literaturas africanas – tendem a ser "fixadas" pelo discurso crítico, como se a sua legitimidade residisse precisamente na quebra da norma e não no seu valor intrínseco.

O estudo da literatura-mundo, iniciado em academias europeias e norte-americanas, tem-se estendido a outras partes do mundo, incluindo África, Ásia, América Latina e outros territórios do que são geralmente consideradas as "periferias". Aceite-se ou não esta deriva comparatista, julgamos que há que salientar o reconhecimento de que ler fora do contexto de origem implica processos distintos dos que foram desenvolvidos para a interpretação do cânone ocidental. Por outro lado, sublinha-se a valorização do plurilinguismo e da tradução, num contexto em que a língua tende a ser erigida em marca identitária superlativa.

Afastando-se, pois, de uma conceção do literário exclusivamente centrada na nação ou no uso de uma língua nacional, como referimos anteriormente, o conceito de literatura-mundo "destaca a possibilidade de conceber diferentes mapas da produção literária, relativizando a existência de uma hierarquia pré-fixa e sublinhando um movimento de natureza mais rizomática" (Buescu, 2012: 48). Este modo de entender o literário apresenta, segundo julgamos, uma grande pertinência no que diz respeito às literaturas que em português se exprimem, pois pretende ser, antes de mais, um olhar "descentrado", contrariando a

[2] [Tradução nossa.] "works by non-Western authors or by provincial or subordinate Western writers are always particularly liable to be assimilated to the immediate interests and agendas of those who edit, translate, and interpret them."

tendência, por vezes ainda insinuada, de analisar estas literaturas à luz de uma matriz eminentemente portuguesa, logo, eurocêntrica e imperial.

A este respeito, interessa evocar a extensa e polifacetada discussão que, nas últimas décadas, a designação "literaturas africanas de língua/expressão portuguesa" tem provocado. Mesmo que a polémica se tenha deslocado da designação em si (as múltiplas expressões alternativas nunca tiveram, de resto, sucesso) para a própria possibilidade do "agrupamento" (Falconi, 2012: 286), permanece a dificuldade de estabelecer até que ponto a língua é um fator de agregação ou, pelo contrário, e como certas propostas recentes parecem fazer crer, apenas uma circunstância entre outras[3]. Contudo, a recusa da língua como elemento unificador não consegue sobrepor-se eficazmente aos mecanismos de produção e receção literária, que tendem a englobar as literaturas lusófonas numa mesma unidade, seja em termos editorais ou de tradução, seja nas instâncias críticas e académicas.

4. Derivas da língua e da literatura

Acreditamos que uma ideia de lusofonia literária terá necessariamente de incluir não só a autonomização das distintas literaturas (sendo certo que no caso brasileiro essa individuação está assumida há muito), mas também uma leitura em mosaico, propiciadora de um comparatismo que a proposta de literatura-mundo vem renovar e enriquecer. E este mosaico, importa sublinhar, não se resume sequer ao confronto entre os espaços nacionais, mas à diversidade interna que em cada um se exprime.

É neste sentido que lemos algumas posições de escritores provenientes do espaço africano e que revelam uma aguda consciência da importância de um espaço fronteiriço de partilha, mas igualmente de demarcação da individualidade. A título de exemplo, referimos uma mesma necessidade de questionar o conceito de lusofonia referida quer por Ondjaki quer por Mia Couto, em resposta a uma questão colocada durante a realização da 21.ª Bienal do Livro de São Paulo, em 2010[4]. Afirma Couto que "o conceito é plural: existem lusofonias. A ideia da comunidade lusófona é uma construção que corresponde a interesses políticos particulares. Os criadores culturais devem ser capazes de questionar esse modelo único que nos é proposto". Por sua vez Ondjaki reitera a importância de discutir o conceito, interrogando:

> Existe lusofonia? Quem a faz? Se não existe, quem a quer? É um fantasma político, social? Os povos da comunidade de língua portuguesa sabem dela? Tudo na tal de

[3] Jessica Falconi elenca o surgimento de novos "agrupamentos" no universo das literaturas de expressão portuguesa, como a "geografia atlântica" (Brasil-África) ou o "espaço do Índico" (Falconi, 2012: 286-287).

[4] Cf. "Lusofonia inflama discussão" (2010) *O Estado de São Paulo*, 10 de agosto [Online], disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,lusofonia-inflama-a-discussao,592905,0.htm.

> "lusofonia" são questões. Não há políticas nem intenções comuns. O que é uma pena. Tudo poderá até ser um grande equívoco, a começar pela designação. Ou não.

Já o angolano Agualusa acentua o caráter produtivo da lusofonia, sem contradizer as posições anteriores, porventura mais céticas:

> Vejo a lusofonia como uma sala de visitas na qual todos os falantes da nossa língua têm o direito de aceder para trocar experiências. A partilha da língua, e de muitas histórias, de sons, de sabores, de memórias. Em que é que esta nossa família de língua portuguesa pode ajudar a melhorar o mundo, o que é que podemos trazer de novo no plano cultural?

A imagem da sala de visitas destaca com eficácia o espaço de convergência que a lusofonia representa ou pode representar, mas Couto recorda que é uma sala onde os convidados não têm os mesmos privilégios, e onde eventualmente alguns não são convidados. O poder, refere o moçambicano noutros momentos, está do lado da escrita e da língua portuguesa. Apesar destas reservas, que não podem ser esquecidas sob pena de, uma vez mais, se reativar um discurso apologético, sublinhamos que a escrita literária constitui precisamente o espaço privilegiado para esse encontro – e é significativo que os três escritores citados, cada um à sua maneira, sejam conhecidos precisamente pela capacidade de fazer convergir tradições, línguas e culturas no tecido textual.

Laura Calvacante Padilha resume de forma exemplar o necessário equilíbrio entre partilha e diferença na reinvenção da lusofonia:

> é necessário reiterar o fato histórico-cultural de que, pelo uso comum de nossa língua, se cria um fecundo espaço de mútuas possibilidades de entendimento no qual igualmente proliferam muitas cumplicidades e inúmeras histórias entrelaçadas. Contudo, faz-se também necessário, para que o entendimento, as cumplicidades e as histórias se consolidem mais e mais, que se construa um outro modo de ler e ver a trama das diferenças, para que elas, igualmente, se possam ler e ver sem elisões ou apagamentos impostos por qualquer hegemonia de ordem histórica, simbólica e, sobretudo, político-cultural. Só assim [...] a lusofonia ganhará novos e instigantes sentidos. (Padilha, 2005)

Escrevia Glissant que "[...] para um povo, falar a sua língua ou as suas línguas é, antes de mais, ser livre através delas, produzir a todos os níveis, isto é, concretizar, tornar visível, para si mesmo e para os outros, o seu relacionamento com o mundo" (Glissant, 2011: 105). O relacionamento que na lusofonia se ensaia só pode ser, então, esse espaço "*multipolar*, intrinsecamente *descentrado*" (Lourenço, 1999: 188), onde cada um dos sujeitos se abre à escuta do outro, sem pretensões de comunhão ou universalismo. Ou seja, como bem sintetiza Eduardo Lourenço, essa "antiga casa *miticamente comum* por ser de todos e de ninguém" (Lourenço, 1999: 192).

Referências bibliográficas

AAVV (2012), "Para uma literatura-mundo em francês". Tradução do Manifesto «Pour une "littérature-monde" en français», publicado em *Le Monde des livres* a 16 de março de 2007, in E. Brugioni, J. Passos, A. Sarabando, M. M. Silva (org.), *Itinerâncias. Percursos e representações da pós-colonialidade*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 243-247.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2002), "O Atlântico pardo: Antropologia, colonialismo e o caso 'lusófono'" in C. Bastos, M. Vale de Almeida e B. Feldman-Bianco, *Trânsitos Coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS.

BATISTA, Maria Manuel (2000) "O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: para além do multiculturalismo "pós-humanista'", Comunicação apresentada ao III Seminário Internacional «Lusografias», promovido pelo Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora, Évora, 8 a 11 de novembro de 2000, [Online], disponível em: mariamanuelbaptista.com/pdf/OconceitodeLusofoniaemEL.pdf [consultado em 10.2012].

BUESCU, Helena Carvalhão (2013), *Experiência do Incomum e da Boa Vizinhança. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*. Porto: Porto Editora.

CABRAL, Amílcar (1971), "A cultura e o combate pela independência": Lisboa *Seara Nova*, Junho.

COUTO, Mia (2001), "A língua portuguesa em Moçambique", texto publicado na antologia galega *Do Músculo da Boca*. Santiago de Compostela: Ed. Encontro Galego no Mundo, [Online], disponível em: http://www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=709 [Consultado em: 04.2012].

COUTO, Mia (2005), *Pensatempos. Textos de opinião*, Lisboa: Caminho.

DAMROSCH, David (2003), *What is World Literature?*. Princeton: Princeton University Press.

FALCONI, Jessica (2012) "Literaturas africanas, língua portuguesa e pós-colonialismos", in E. Brugioni, J. Passos, A. Sarabando, M. M. Silva (org.), *Itinerâncias. Percursos e representações da pós-colonialidade*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 203-218.

FALCONI, Jessica (2012), "Literaturas africanas, língua portuguesa e narrativas da Lusofonia: alguns parágrafos em torno da invenção das narrativas da lusofonia", in Ana Mafalda Leite e outros, *Nação e Narrativa Pós-colonial I*. Lisboa: Edições Colibri.

GLISSANT, Éduard (2011), *Poética da Relação,* Porto, Sextante Editora.

LOURENÇO, Eduardo (1999), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

"Lusofonia inflama discussão" (2010), *O Estado de São Paulo*, 10 de agosto [Online], disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,lusofonia-inflama-a-discussao,592905,0.htm [consultado em 10.2012].

MARGARIDO, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

MEDEIROS, Paula Cristina Pacheco (2006), "Lusofonia: discursos e representações", in *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, n.º 1, 2006, [Online] disponível em: http://cabodostrabalhos.cec.uc.pt/n1/ensaios.php [consultado em 10.2012].

MORETTI, Franco (2010), "Conjectures on World Literature", *New Left Review*, 1 Jan-Feb.: 54-68.

PADILHA, Laura Calvacante (2005) "Da construção identitária a uma trama de diferenças – Um olhar sobre as literaturas de língua portuguesa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73: 3-28 [Online], disponível em: http://rccs.revues.org/950; DOI: 10.4000/rccs.950 [consultado em 01.2014].

RIBEIRO, Margarida Calafate e FERREIRA, Ana Paula (orgs.) (2003), *Fantasmas e Fantasias do Império Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) "Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidades", in Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre Ser e Estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 23-85.